

COLÓQUIO «ORIENTALISMO ONTEM E HOJE»

Para assinalar os 100 anos da morte do compositor italiano Giuseppe Verdi, em cuja obra são notórias influências do Próximo Oriente Antigo, será organizado um Colóquio subordinado ao tema «Orientalismo Ontem e Hoje», que terá lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 5 e 6 de Março de 2002. Ao mesmo tempo ocorrerá uma «Feira do Livro» onde estarão patentes diversas obras de temática pré-clássica. No dia 4, antecedendo as intervenções dos oradores convidados para o efeito, realiza-se um *workshop* sobre a escrita hieroglífica (a cargo de Luís Manuel de Araújo) e a escrita hebraica (a cargo de José Augusto Ramos). Para a concretização do Colóquio prevê-se o apoio do Instituto Italiano de Cultura, Caixa Geral de Depósitos, Associação Portuguesa de Orientalismo, Centro de História da Universidade de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian.

A organização do Colóquio conta ainda com o indispensável e muito importante apoio de uma equipa ligada ao mestrado de História e Cultura Pré-Clássica do Instituto Oriental, formada por Aline Gallasch Hall, Ana Valdez, Cristina Chautard Correia, Luísa Pronto e Paulo Mendes Pinto.

Eis o programa que preencherá os dois dias previstos:

1^o dia: 5 de Março

• Conferências de abertura

José Nunes Carreira (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa):
Século de Verdi - O despertar de um gigante adormecido

Seleção de coros de *Aida* e *Nabuco* (apresentados por Bernardo de Sá-Nogueira)

Intervalo

Mário Vieira de Carvalho e Bárbara Villalobos, com a colaboração de Pedro Feytor Pinto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical): *O orientalismo na ópera - Viagem por uma base de dados*

Sérgio Campos Matos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa): *Oriente e Orientalismo em Portugal no século XIX. O caso de Oliveira Martins*

Almoço (13 às 15 horas)

• **O Mundo Antigo: da estética novecentista**

Moderador: Vítor Serrão (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Maria João Neto (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa): *O poder das formas. Revivalismos orientais na arte portuguesa contemporânea*

Rui Mário Gonçalves (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa): *A interferência da arte oriental na reestruturação da pintura ocidental no sentido da cor e do desenho*

Intervalo

• **O Próximo Oriente e a cultura, do século V a. C ao século XIX**

Moderadora: Maria de Lurdes Ferraz (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Maria de Fátima Silva (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra): *A visão do outro. Configuração dos Persas em Heródoto*

Isabel Pires de Lima (Faculdade de Letras da Universidade do Porto): *O Oriente literário entre dois séculos*

2º dia: 6 de Março

• **Os estudos bíblicos e a assiriologia na segunda metade do século XIX**

Moderador: José Augusto Ramos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Armindo dos Santos Vaz (Universidade Católica de Lisboa): *A renovação dos estudos bíblicos com as literaturas do Antigo Oriente*

Francisco Caramelo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa): *A publicação dos oráculos proféticos neo-assírios no século XIX: Contributo para uma nova perspectiva do profetismo bíblico*

António Ramos dos Santos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa): *A assiriologia no século XIX*

Intervalo

• **O tempo da nascente egiptologia (século XIX)**

Moderador: Geraldo Coelho Dias (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Luís Manuel de Araújo (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa): *Os primórdios da ciência egiptológica*

José das Candeias Sales (Universidade Aberta, Lisboa): *A arqueologia egípcia no século XIX: da «caça ao tesouro» à salvaguarda da herança faraónica*

Almoço (13 às 15 horas)

• **Conferências de encerramento**

José Ribeiro Ferreira (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra): *Relações e conflitos entre Ocidente e Próximo Oriente*

Julio Treballe Barrera (Universidade Complutense de Madrid): *Libros bíblicos y apócrifos entre los manuscritos de Qumrán*

O início das sessões diárias terá lugar às 9.30 horas no Anfiteatro III da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Edifício Novo), e todas as conferências são seguidas por um período de debate.

Apresentam-se seguidamente os resumos das comunicações:

Século de Verdi: o despertar de um gigante adormecido

(José Nunes Carreira)

O gigante era o Oriente Antigo. Ninguém o imaginava sob vastas camadas de areia e ruínas esparsas, mais ou menos vistosas, para mais abafado por três camadas culturais sucessivas – a helenística, a cristã (pelo menos no Egipto, Síria e Anatólia) e a islâmica. Nem se percebiam os seus ecos, transmitidos pela cultura judaica e passados à cristã. Dizer que dormia é pouco. Verdadeiramente, o gigante hibernava há mais de dois mil anos, quando Verdi veio ao mundo em 1813.

Nessa altura, o mapa histórico do Próximo Oriente antigo era uma imensa mancha branca. Lá estavam Jerusalém, Damasco e Alepo, com milénios de habitação continuada.

Babilónia reduzia-se à memória bíblica de fausto e maldição (ainda servira de metáfora de Roma no Apocalipse). Onde teriam estado os palácios de Nabucodonosor e Xerxes e os lendários jardins suspensos da «tão valerosa como incontinente» Semíramis (D. Álvaro da Costa)? Estrabão, em 24 a. C., já os não encontrou. As muralhas mantinham-se de pé. Em 116 da nossa era, Trajano, em campanha contra os Partos, ainda invernou nas suas ruínas. Os restos de Babilónia foram caindo aos poucos. Em princípios do século XVII, os viajantes portugueses na zona nada podiam saber dela: «acabou de tal sorte que nem uma pequena mostra de suas ruínas vemos hoje, sequer para dizer aqui foi Tróia» (Frei Gaspar de S. Bernardino). Nínive, «cidade tão magnífica e opulenta que a Sagrada Escritura não achou outro nome que lhe pôsenão cidade grande de três dias de caminho», já ninguém sabia localizar nos princípios da era cristã. Confessa Luciano, pela boca de Hermes, no *Caronte ou os Inspectores*: «Meu bom barqueiro (Caronte), Nínive está destruída, a ponto de não sabermos dizer onde ela era...» Nos começos do século XIX podia dizer-se o mesmo das capitais assírias Assur, Kalakh, Nínive e Dur-Sharrukin, das egípcias Mênfis, Tebas, Akhetaton e Tânis, da hitita Hattusha, da aqueménida Persépolis, das sumérias Ur e Uruk... e de tantas cidades mais ou menos importantes como Mari, Eshnunna, Kanesh, Ugarit e Alalakh.

Não faltaram europeus curiosos – comerciantes, diplomatas e aventureiros – a palmilhar o Oriente Próximo desde a Idade Média.

Viram, observaram e escreveram... sem bulir nem de longe nem de perto com o sono profundo do gigante. Admirando pirâmides e templos no Egito não fizeram mais do que Heródoto e Estrabão. Associando na Mesopotâmia zigurates à torre de Babel e o arco sassânida de Ctesifonte a Nabucodonosor limitaram-se a ler e aplicar (erradamente) a Bíblia.

Na segunda metade do século XVII, o gigante em hibernação levou dois valentes safanões – o menos vistoso de Frederico V da Dinamarca, em 1761-1766, e o de Napoleão, em 1798-1801. Apesar de contrariedades e infortúnios – quatro dos cinco exploradores do rei dinamarquês morreram nos primeiros dois anos –, o chefe da expedição, Carsten Niebuhr, prosseguiu a viagem pela Arábia, Pérsia, Mesopotâmia, Síria e Ásia Menor e voltou a casa com grande quantidade de material. Notou a escrita até aí desconhecida do árabe do Sul, anterior ao árabe clássico do Alcorão, e copiou inscrições dos pilares do palácio de Persépolis e da parede rochosa de Behistun. Publicando o material, criou as condições para a decifração da escrita cuneiforme (*Reisebeschreibung nach Arabien*, Kopenhagen 1772; *Reisebeschreibung nach Arabien und anderen umliegenden Ländern*, I-II, Kopenhagen 1774-1778).

Napoleão foi ao Egito em campanha militar. Mas teve o rasgo de a fazer acompanhar de cento e sessenta e cinco homens das ciências e das letras, que palmilharam o Egito. Naturalmente, levaram todas as antiguidades que puderam para Paris. O que não era transportável, foi registado, copiando inscrições, desenhando monumentos, cartografado o território até à vizinha Palestina do Sul. Um desenhador excepcional, Dominique Vivant Baron de Denon (1747-1825) não tardou em publicar o seu relato ilustrado (*Voyage dans la Haute et Basse Égypte*, I-II, Paris 1802; com 141 gravuras). Passada menos de uma década e no curto espaço de quatro anos (1809-1813) saiu a monumental *Description de l'Égypte*, em vinte e quatro grossos volumes. Não faltou quem ironizasse – para descrever colossos não são precisas obras colossais! Mas não tardou a sentir-se a necessidade de fazer uma segunda edição, agora com trinta e oito volumes (Paris 1820-1830; 26 volumes de texto e 12 volumes de gravuras). Mais esbofeteado suavemente, como Huwawa do *Gilgamesh*, do que sacudido a sério, o gigante continuava a dormir e guardar o seu mistério.

Estava reservado ao século de Verdi despertar finalmente o gigante. Duas classes de pioneiros se distinguiram nesta tarefa – os filólogos e os arqueólogos. A cada um dos grupos dedico uma exposição sumária, sem pretensões de novidade nem me substituir aos que neste colóquio tratam *ex professo* da Assiriologia e da Egiptologia.

Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX.

O caso de Oliveira Martins

(Sérgio Campos Matos)

O Oriente sempre pesou no olhar que os Portugueses desenvolveram sobre si próprios, sobretudo desde o século XVI. É sabido que a estruturação de uma identidade se processa sempre em termos relacionais com outros povos. No nosso caso, desde os primeiros tempos da empresa ultramarina afirmou-se uma corrente crítica sobre a expansão e a conquista. E o Oriente ficou, não raro, associado à cobiça, ao enriquecimento fácil e ao luxo, que corrompem os costumes e o carácter. Lembre-se que a teoria da decadência mais em voga no século XIX, tal como foi formulada por Alexandre Herculano (1846) e depois por Antero de Quental (1871), responsabilizava a expansão e as conquistas de além-mar, levadas a cabo pelo Estado absoluto, pelo declínio nacional. Por outro lado, o Oriente era associado a costumes exóticos e a religiões não cristãs. Mas ao invés do que se passou noutros meios culturais da elite europeia oitocentista, os introdutores do romantismo em Portugal – Garrett e Herculano – não se interessaram muito pelo imaginário orientalista.

O olhar europeu sobre os povos extra-europeus alimentou-se frequentemente com recurso a uma ferramenta mental marcada pelas práticas coloniais. É certo que diversos autores portugueses da segunda metade de Oitocentos e princípios do século XX se sentiram atraídos pelas culturas orientais, em ópticas que nem sempre se ajustam ao ponto de vista dos poderes coloniais (Antero de Quental, Eça de Queiroz, Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes). Sem deixarem de constituir olhares exteriores sobre aquelas culturas, estes exemplos não estão por vezes em sintonia com o padrão europeu dominante no seu tempo. É neste contexto que importa reconsiderar o olhar comprometido de Oliveira Martins. O historiador adere à teoria das raças superiores e inferiores e na sua interpretação da História não parece haver futuro para os povos extra-europeus a não ser o da submissão ou aniquilamento perante os Arianos. Mas será para ele o Oriente apenas um lugar de corrupção, degenerescência ou paragem do progresso? Poder-se-á falar do Oriente como um todo na sua obra? Tanto o Oriente como o Próximo Oriente comportam civilizações muito diversas – algumas delas contribuindo decisivamente para a civilização europeia. Não estaria Oliveira Martins consciente disto mesmo? Embora a sua visão evolucionista fosse fortemente marcada pelo etnocentrismo dominante no seu tempo, ela desdobra-se em múltiplas perspectivas integradas – geográfica, antropológica, histórica, política e económica. E a problemá-

tica religiosa mobilizou largamente a sua atenção num sentido universalista. Todavia, não deixou de incorrer nos estereótipos orientalistas, não raro redutores e simplistas, tão em voga no século XIX.

O poder das formas: revivalismos orientais na arte portuguesa contemporânea

(*Maria João Neto*)

O século XVIII testemunha um novo sentido da História proporcionado pelos intelectuais iluminados que, em busca das origens da civilização europeia, partem à descoberta ou redescoberta da Antiguidade Clássica. Para evidenciar a arte greco-latina são definidos estilos, distinguidas épocas e períodos. Todo este processo de «rigor» metodológico dá a conhecer outras formas artísticas de civilizações mais antigas numa relação de assimilação e persistência de formas. A arte egípcia assume uma referência privilegiada na crescente procura de uma expressão arquitectónica livre dos preconceitos do rococó. Os espíritos nacionalistas admiram o equilíbrio, a proporção, a geometria aplicada das ordens clássicas, mas não ficaram indiferentes à pureza das formas e à estereometria da arquitectura egípcia, cujas qualidades começam a ser exploradas em meados do século XVIII.

Contudo, na versatilidade cultural do tempo, outras perspectivas se abriam que não deixavam de contemplar o Mundo Antigo. Os dissidentes da ditadura da *razão* descobrem novas categorias estéticas de raiz empirista-sensualista e sentimental e fazem emergir valores como o pitoresco, o sublime e o sobrenatural, decalcados do culto da natureza e da sua íntima relação com o divino. O gosto pela contemplação melancólica dos sepulcros, com grande expressão na literatura do tempo, desencadeia um reviver de formas egípcias na exploração e fixação de uma simbólica fúnebre. Gradualmente, estas formas servem uma identificação de valores entre a sabedoria e o misterioso hermético.

A par de uma atitude revivalista de natureza simbólica entre o exótico, o pitoresco, mas também o espiritual e o oculto, sem esquecer a vertente estereométrica da pureza das formas enquanto exercício académico, o Mundo Antigo renasce progressivamente pela via arqueológica, com estudos e levantamentos sérios. Assumindo estas três atitudes, a Europa contemporânea recebe e cultiva no seu imaginário formas artísticas das civilizações antigas que perpetua em obras de arte notáveis.

Também em Portugal podemos encontrar sinais evidentes de influências orientais na prática artística, nomeadamente a nível da arquitectura funerária, de monumentos comemorativos, de elementos arquitectónicos inseridos em jardins, fruto de inspiração cenográfica e na própria produção de cenários para espectáculos de teatro e ópera. Já no século XX,

e respondendo a um novo estímulo com a descoberta do túmulo de Tutankhamon (1922), uma renovada inspiração contagia a Art-déco que tem entre nós expressões interessantes de acordo com uma arquitectura de feição modernista.

A interferência da arte oriental na reestruturação da pintura ocidental no sentido de cor e do desenho

(Rui Mário Gonçalves)

Entre as transformações da linguagem pictórica acontecidas na sequência do Impressionismo, algumas foram inspiradas pela arte oriental, nomeadamente o cromatismo claro e liso das estampas japonesas e a caligrafia. Van Gogh foi um dos principais protagonistas destas transformações, sendo um dos primeiros a instaurar o cromatismo tímbrico que predominou na pintura moderna do século XX. Além disso, Van Gogh adquiriu uma ritmicidade orgânica nas suas pinceladas, enquanto o seu modo de desenhar, praticado por vezes com pincel e com cana de bambu, intensificou a sua expressividade directa aproximando-se da arte caligráfica. Este desenho rápido desenvolveu-se também no século XX e depurou-se no abstraccionismo gestual de alguns pintores que compreenderam a capacidade expressiva da caligrafia. Deu-se então um fenómeno interessante. As diversas tendências do abstraccionismo não-geométrico euclidiano, entre as quais a gestual e a matérica, constituíram nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial a primeira vanguarda planetária e, ao chegar ao Japão, ainda que oriunda do Ocidente, foi aí desencadear acções de grupos artísticos, cuja prática moderna reabilitou as próprias tradições. Fechou-se um ciclo e a arte ganhou universalidade.

A visão do outro. Configuração dos Persas em Heródoto

(Maria de Fátima Silva)

Com a memória ainda muito viva dos acontecimentos que constituíram o longo processo das Guerras Pérsicas, Heródoto ensaiou um relato do conflito, que fosse, ao mesmo tempo, um registo dos *nomoi* dos diversos povos nele envolvidos e uma análise dos princípios subjacentes ao grande fluir da história. Serviu-se para tal dos elementos da objectividade histórica e da ficção, numa perspectiva que engloba juntamente identidade, cultura, comportamentos dos agentes, para além dos factos propriamente ditos.

Daquele que foi o principal adversário do povo grego, os Persas, Heródoto define o percurso que levou uma comunidade, a princípio

«selvagem e primitiva», a tornar-se numa civilização requintada, organizada em volta do poder divino e absoluto de um soberano e motivada para um crescimento imparável, assente num incontável poderio militar. Uma pergunta se impõe, por isso, a partir da análise deste elenco de dados sugestivos do enorme potencial inimigo: o que falhou na campanha contra a Grécia? Qual o motivo de uma derrota tão implacável quanto imprevisível? Em que reside, de facto, a supremacia dos poderosos?

O Oriente literário entre dois séculos

(Isabel Pires de Lima)

Procurar-se-á pensar o orientalismo na literatura portuguesa do século XIX e início do século XX, entrecruzando dois tipos de conceitos: a ideia ocidental do Oriente e a ideia nacional de Império.

Visar-se-á mostrar como a herança histórica e mítica nacional determinará a presença distinta do orientalismo na nossa literatura destes séculos e, desde logo, no nosso romantismo. Os românticos portugueses da primeira geração não foram «orientalistas» à maneira dos seus congéneres europeus e o seu Oriente particular será geograficamente situado a Ocidente.

Evidenciar-se-á em contraposição os matizes originais e diversos dos «Orientes» de Antero de Quental e Eça de Queirós.

Captar-se-á as atmosferas orientalistas do exotismo fim de século nas formulações que parnasianismo, simbolismo, decadentismo e saudosismo lhe deram, desde poetas como Gomes Leal, Cristóvão Aires, Roberto Mesquita, António Feijó, Alberto Osório de Castro, Eugénio de Castro e sobretudo Camilo Pessanha, com quem o nosso simbolismo passa de um orientalismo decorativo para um orientalismo interiorizado, até um cronista como Wenceslau de Moraes.

António Patrício permitirá estabelecer a ponte entre um orientalismo saudosista e o «Oriente ao oriente do Oriente» que Pessoa e o modernismo carrearão como um sentimento-ideia, feito de linguagem em ruptura e das potencialidades infinitas da língua, prescindindo da viagem real.

As literaturas do antigo Próximo Oriente e a renovação dos estudos bíblicos

(Armindo dos Santos Vaz)

Até à descoberta das literaturas do antigo Próximo Oriente, os estudos bíblicos tiveram grandes dificuldades para evoluir. Mesmo a «crítica literária», que surgiu em força no século XVII e teve um ponto

culminante nos fins do século XIX, labutou entre grandes escolhos por estudar a Bíblia como produto literário autónomo de Israel. Foi a possibilidade da sua iluminação com os textos extrabíblicos do mundo circunstante que se tornou o factor mais fecundo para situar na linha correcta a interpretação dos textos bíblicos.

Uma prova cabal desse contributo encontro-a eu na leitura de *Génesis* 2, 4b - 3, 24.

Quando pomos em confronto esta narrativa da criação com os mitos de origem sumérios, acádios, cananeus e até egípcios, ela aparece precisamente como um mito de origem, que quer «explicar» e sublimar as realidades da vida humana, vendo-as numa intuição unitária como criadas por Deus nas origens de tudo o que existe.

A assiriologia no século XIX

(António Ramos dos Santos)

As descobertas dos sítios arqueológicos na Mesopotâmia suscitou uma paixão pelo orientalismo relativo ao Próximo Oriente. Apesar dos erros metodológicos verificados nas escavações da época, elas ajudaram a colocar à luz do dia os espólios monumentais das antigas civilizações suméria e semitas. O entusiasmo e o interesse pelo conhecimento da escrita de alguns viajantes, diplomatas e militares conduziu rapidamente ao desenvolvimento do saber filológico.

Indivíduos particulares como Karsten Niebuhr, George Friedrich Grotefend, e Henry Rawlinson e associações como a Royal Asiatic Society de Londres contribuíram definitivamente para o nascimento da assiriologia, para a divulgação das façanhas das grandes personagens históricas como Hammurabi de Babilónia ou do rei assírio Sargão II e das realizações e legados dos vários povos que habitaram a região: Sumérios, Acádios, Amoritas e Caldeus, entre muitos outros.

A publicação dos oráculos proféticos neo-assírios no século XIX: contributo para uma nova perspectiva do profetismo bíblico

(Francisco Caramelo)

Até à descoberta e publicação dos oráculos proféticos neo-assírios, no século XIX, o profetismo bíblico era entendido como um fenómeno ímpar entre as religiões orientais pré-clássicas. Os primeiros estudos dedicados às profecias assírias, produzidos no último quartel do século XIX, inauguravam uma tendência duradoura que consistiu numa lógica de análise comparativa entre o profetismo bíblico e o pro-

fetismo mesopotâmico. A análise deste profetismo extra-bíblico foi, assim, inicialmente condicionada pela visão apriorística do profetismo veterotestamentário. Procurava-se esclarecer as lacunas e as origens ou mesmo clarificar outras dimensões do fenómeno, a partir da identificação de afinidades que pareciam óbvias.

Desta primeira fase, muito centrada no profetismo bíblico, dando origem a diversos estudos comparativos, evoluir-se-ia, mais tarde, para uma análise que procura entender o profetismo assírio na especificidade da religião em que se insere. Depois desta deslocação de perspectiva, compreende-se, no entanto, que a abordagem do fenómeno do profetismo, na Mesopotâmia e no mundo semítico ocidental, deva ser entendida na sua totalidade e de forma abrangente. A prática e a linguagem proféticas e sobretudo a consciência de que oráculo e texto profético são aspectos que distinguem a fenomenologia da profecia, por um lado, e a transmissão do oráculo, por outro, constituem vertentes de análise deste fenómeno na sua diacronia.

Os primórdios da ciência egiptológica

(Luís Manuel de Araújo)

Pode dizer-se que a egiptologia, enquanto estudo e preservação do legado da civilização egípcia, começou mesmo no próprio Egipto. Na verdade, o interesse pelo Egipto remonta já à época faraónica, considerando-se o príncipe Khaemuaset, filho do faraó Ramsés II, como o primeiro egiptólogo, já que ele procurou preservar alguns monumentos que no seu tempo (meados do século XIII a. C.) ameaçavam ruína.

Depois de alguns séculos de esquecimento, o interesse pela civilização do país do Nilo ressurgiu a partir do Renascimento. Entre os séculos XV e XVII esse interesse pelo Egipto patenteia-se nos textos de alguns viajantes como o veneziano anónimo e Pietro Della Valle, que visitou o país entre 1618 e 1624 e de lá trouxe grandes quantidades de papiros e de múmias. Estes despojos fúnebres tornaram-se um produto muito apreciado pela medicina e pela farmácia dado que lhe eram atribuídas altas qualidades terapêuticas com o chamado «pó de múmia».

Atanásio Kircher, sábio jesuíta que vivia em Roma e que procurou decifrar a escrita hieroglífica, publicou *Lingua Aegyptiaca Restituta* (1643) baseado na convicção de que os signos hieroglíficos eram meramente simbólicos. Deste equívoco resultou um trabalho medíocre, mas ao menos acertou na ideia de que o copta era o sucessor da antiga língua egípcia do tempo dos faraós. Em meados do século XVII surgia *Pyramidographia*, de John Greaves, matemático de Oxford que

visitou e descreveu as pirâmides, os célebres monumentos que eram então emblemáticos do Antigo Egito. Aliás as pirâmides de Guiza tinham já aparecido num mapa de Fra Mauro, de meados do século XV, onde eram apresentadas como «celeiros do faraó». A Grande Pirâmide de Khufu surge também fantasiosamente a ilustrar a obra de Atanásio Kircher *Turrus Babel*. Ainda no século XVII merece justificado destaque a acção de Benoit de Maillet que em 1692 viajou pelo Egito com a finalidade de adquirir antiguidades para o rei Luís IV e para si próprio. Durante a sua estada redigiu textos relacionados com o seu percurso nilótico, descrevendo os grandes monumentos faraónicos, e recomendou que o Egito fosse estudado de forma científica através da elaboração de mapas dos sítios históricos com o desenho meticuloso de todos os monumentos que deviam ser cuidadosamente medidos. As suas memórias foram publicadas em 1735 e as suas páginas foram certamente lidas por alguns dos membros da expedição de 1798 ao Egito, a começar pelo próprio Napoleão.

Já no século XVIII deram notável contribuição o dinamarquês Frederick Norden (com várias pinturas e esboços), o inglês Richard Pococke (revoltado com a destruição dos templos egípcios), o francês Claude Sicard (que produziu uma minuciosa descrição da geografia do Egito), e Bernard de Montfaucon entre outros. Um exemplo de intrépido viajante foi James Bruce que chegou ao Cairo em 1769, esteve em Lucsor e no Vale dos Reis, e pintou alguns locais e monumentos para uma obra que seria publicada em 1790. A acção de artistas como Vivant Denon, o aturado estudo dos sábios da expedição ao Egito e o esforço de homens como Akerblad, Zoëga e Young foram preparando o caminho para a notável decifração de Jean-François Champollion (1822). A egiptologia começava finalmente a separar-se da egiptomania.

A arqueologia egípcia no século XIX: da «caça ao tesouro» à salvaguarda da herança faraónica

(José das Candeias Sales)

Os cem anos que medeiam entre o «Je tiens l'affaire» com que Jean-François Champollion festejou a descoberta dos princípios da escrita hieroglífica egípcia, em Setembro de 1822, e o «I saw beautiful things» com que, em Novembro de 1922, Howard Carter respondeu a Lord Carnarvon descrevendo o que conseguia vislumbrar no interior do recém aberto túmulo intacto de Tutankhamon, são marcados pelo estabelecimento, desenvolvimento e consolidação dos três grandes pilares da moderna Egiptologia: a história, a filologia e a arqueologia.

Desde então, a Egiptologia científica firmou os seus créditos assente num postulado incontornável e irreversível constituído pela absoluta complementaridade das investigações históricas, filológicas e arqueológicas.

No que à arqueologia egípcia diz respeito, não é nossa intenção nesta intervenção traçar um olhar retrospectivo que invoque detalhadamente os percursos e os trabalhos das grandes figuras que contribuíram para a sua fundação e promoção no século XIX. Tal empreendimento, além de fastidioso, revelar-se-ia, seguramente, muito pouco original e criativo.

Antes, gostaríamos de reflectir sobre as grandes características apresentadas por esta disciplina ao longo de Oitocentos, considerando particularmente o alcance e significado das suas iniciativas e o impacto dos seus métodos e objectivos, de acordo com uma divisão operativa dos períodos em «antes» e «depois» da acção de Auguste Mariette.

Propomos, ainda, um exercício de comparação e avaliação do contributo da arqueologia científica no Egipto, sobretudo na segunda metade do século XIX, a partir da observação de um conjunto de diapositivos elaborado com base nas litografias de David Roberts, realizadas no final dos anos 30 do mesmo século.

Relações e conflitos entre Ocidente e Próximo Oriente:

O caso de Tróia

(José Ribeiro Ferreira)

O trabalho abordará um momento das relações dos povos que habitavam nas ilhas e margens do Egeu: depois de breve alusão aos chamados «Povos do Mar», centralizar-se-á nas informações e testemunhos de contactos entre os Micénios – que possivelmente se chamavam Aqueus – e os povos que ocupavam a Ásia Menor costeira, em especial os da cidade que se erguia na colina de Hissarlik, à entrada dos Dardanelos e à qual a tradição, na esteira dos Poemas Homéricos, dá o nome de Tróia. A tal propósito discutirá o trabalho a debatida questão da historicidade de Tróia, com uma referência às escavações que actualmente decorrem na referida colina, dirigidas por Manfred Korfmann; tratará também, como não podia deixar de ser, a complicada e quase insolúvel discussão da historicidade dos Poemas Homéricos, sobretudo da *Ilíada*. Estas questões conduzirão ao não menos complexo problema da invasão dos Dórios, em que o autor não acredita e dirá das suas razões.

Libros bíblicos y apócrifos entre los manuscritos de Qumrán (Julio Trebolle Barrera)

Qumrán enseña a reconocer las líneas de continuidad y de ruptura entre la literatura hebrea bíblica, la apócrifa o parabíblica y la de los dos primeros siglos cristianos. La apócrifa o parabíblica no constituye simplemente el eslabón intermedio sino que se solapa con el proceso final de edición de la Biblia hebrea y con el inicial de la Biblia cristiana.

El retorno de la cuestión sobre los cánones literarios, artísticos o religiosos, antiguos y modernos (H. Bloom, *El canon occidental*) es un síntoma de la inquietud actual por la identidad o la pérdida de identidad cultural o religiosa de los pueblos, los países o las religiones en un mundo escindido entre tendencias particularistas y globalizadoras.

Una comparación entre la literatura judía encontrada en Qumrán y la literatura apócrifa conservada en el cristianismo permite concluir que éste transmitió con preferencia obras escritas en arameo, originadas en relación con la diáspora oriental, de época relativamente antigua (300-200 a. C.), protagonizadas por figuras bíblicas del Génesis – patriarcas anteriores y posteriores al diluvio –, caracterizadas por un talento universalista y abiertas al influjo de tradiciones y costumbres del mundo babilónico y persa (*1 Enoc, Jubileos, Antigüedades bíblicas, Vida de Adán y Eva = Apocalipsis de Moisés*). Igualmente obras referidas a patriarcas bíblicos (*Testamento de los doce Patriarcas y Testamento de Job*). En este marco entran también los escritos denominados deuterocanónicos.

El cristianismo no conservó, por el contrario, escritos en hebreo referidos a Moisés y a personajes propiamente israelitas, caracterizados por una perspectiva más particularista e inspirados exclusivamente en las fuentes bíblicas de las que constituye recreaciones exegéticas (*Dichos de Moisés, Apócrifo Mosaico, Pseudo-Ezequiel, Pseudo-Moisés, Segundo Éxodo, Pseudo-Josué, Visiones de Samuel, Apócrifo de Samuel-Reyes*, especialmente los textos haláquicos y las reglas de la «secta» de Qumrán (*Carta haláquica, Rollo del Templo, Regla de la Comunidad, Documento de Damasco*, etc).

La literatura de la época de Qumrán refleja la coexistencia de diversas identidades dentro del judaísmo de la época, más numerosas y complejas de lo conocido hasta ahora. Permite seguir también las líneas por las que se constituyó progresivamente la identidad cristiana, en relación por una parte con la judía, la cual hubo de reconstruirse a sí misma tras las guerras contra Roma y la aparición del cristianismo, y al contacto por otra parte con otras identidades del cosmopolita mundo helenístico.

Em torno do Colóquio

Como no anterior Colóquio sobre «Sociedade, Religião e Literatura no Próximo Oriente Antigo», também agora se prevê organizar um jantar de convívio que possa reunir os oradores e os organizadores do evento. O jantar terá lugar num simpático restaurante italiano com a curiosa particularidade de os empregados de mesa cantarem trechos de ópera enquanto servem os clientes. Este lirismo gastronómico está de acordo com o ambiente festivo com que se intenta concluir o evento de temática orientalista, rematado com um concerto de canto e piano a cargo de Roberto Satta (piano) e Riccarda Bassi (voz), dois artistas de nível cuja presença se torna possível com o indispensável apoio do Instituto Italiano de Cultura.

Roberto Satta estudou primeiro com o maestro Giancarlo Peroni e licenciou-se depois em Piano no Conservatório «L. Cherubini» de Florença, orientado pelo maestro Giancarlo Cardini. Frequentou também cursos de aperfeiçoamento com os maestros M. Vavolo, K. Morski e A. Jasinski. No desenvolvimento dos seus estudos licenciou-se em Cravo no Conservatório «A. Boito» de Parma, e está agora a concluir a licenciatura no curso DAMS Música na Universidade de Bolonha. Desenvolve uma intensa actividade concertista seja como solista seja com formações de câmara para várias temporadas como as que foram organizadas pela Fundação Piccini de Bari, Academia Filarmónica de Bolonha, Universidade de Bolonha, Asolo Musica, Fasano Musica, Instituto Francês de Florença e muitas outras. Representou a Itália no Festival Internacional de Música de Câmara de Udine, e em formação de música de câmara ganhou o primeiro prémio nos concursos nacionais «Dino Caravita - Sesta Edizione» e «Montescudo 1997». Como solista exibiu-se com a Orquestra de Câmara «T. Traetta», dirigida pelo maestro Vito Clemente, no Teatro Comunal de Faenza. Gravou programas de rádio e televisão, participou no Telethon e foi membro de comissões de concursos nacionais. Desde 1993 é director artístico da Associação «Amici dell'Arte» de Faenza.

Quanto a Riccarda Bassi estudou oboé e piano em Forli, a sua cidade natal, e ao mesmo tempo iniciou o estudo de canto com o pai, já cantor lírico, para prosseguir depois os estudos orientados pelo maestro Arrigo Pola em Modena. Obteve o diploma de Canto do Conservatório «B. Maderna» de Cesena. Em 1995 tornou-se membro académico da «Reale Accademia Filarmonica» de Bolonha, tendo ficado aprovada no exame com a classificação máxima. É licenciada em Pedagogia pela Universidade de Bolonha. Depois da sua experiência no campo concertista (recital e música de câmara) dedicou-se com particular empe-

nho à música sacra, interpretando o «Stabat Mater» de G. B. Pergolesi, o «De Profundis» de F. Vallotti (estreia absoluta na época actual) e, para o Ravenna Festival, a «Missa Brevis» K.220 (Spatzenmesse) de W. A. Mozart. Interpretou o papel de Eva na estreia absoluta na época actual do Oratório Sacro «L'Abele» de D. Bigaglia, gravado em CD para a CIME de Bolonha. Estreou-se na ópera interpretando Nedda em «I Pagliacci» de R. Leoncavallo, com a Ópera Estatal da Hungria em Cluj Napoca (Roménia), não recusando papéis do repertório clássico e do século XIX como Flordiligi em «Cosi fan tutte» e Zerlina em «Don Giovanni» de W. A. Mozart, e Musetta em «La Bohème» de G. Puccini, realizada no Teatro da Ópera de Cracóvia. Recentemente levou a efeito um recital «cameristico-leaderistico» na «Sala Gravisi Barbabianca» de Koper (Eslovénia), que foi emitido pela Tele Capodistria, e foi protagonista da estreia absoluta na época actual do Oratório Sacro «Rosa Mistica» de G. Pozzetti (Maria) em Lugo di Ravenna.

O programa musical dos dois artistas apresenta trechos de obras de Giuseppe Verdi (1813-1901), a saber: *Brindisi*, do «Album di sei Romanze» (1845), *Perduta ho la pace*, de «Sei Romanze» (1838), *Lo Spazzacamino*, do «Album di sei Romanze» (1845), *Canzone di Oscar*, de «Un ballo in maschera» (1859), *Tu del mio Carlo al seno*, de «I Masnadieri» (1847) e *Tu puniscimi o Signore*, de «Luisa Miller» (1849). Também Giuseppe Sarti (1729-1802) é evocado no sarau musical com *Allegro e Rondó*, de «The Celebrated Sonata» em Mi maior para piano (cerca de 1795, baseado no tema da ópera *Giulio Sabino* de G. Sarti, execução proposta para celebração do II centenário da sua morte). O sarau termina com trechos de Giuseppe Verdi: *Canzone del Salice e Ave Maria*, de «Otello» (1887).

*
* *
*

O Instituto Oriental, criado em 1986 e instalado em espaço próprio em 1990, continua empenhado em responder aos anseios de um considerável número de pessoas, entre as quais se contam os alunos do curso de licenciatura em História e áreas afins, do mestrado em História e Cultura Pré-Clássica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e de outras Universidades bem como de outros mestrados.

O Colóquio que o Instituto Oriental se propõe realizar inscreve-se nestes propósitos de divulgação cultural aos quais se procura dar um sólido esteio científico, que neste caso se robustece com a presença de investigadores e estudiosos credenciados oriundos de várias universidades nacionais.

As sonoridades da música de Verdi guardam o testemunho do século XIX, época em que o mundo do Antigo Oriente atraía generalizadamente os homens de cultura e ocupava intensamente os estudiosos, com o entusiasmo quase darwiniano de quem sente que vai descobrindo as suas próprias origens. Rever as imagens do Oriente no tempo de Verdi será a nossa maneira de comemorar a memória centenária do seu génio.

Luís Manuel de Araújo